

## CMN decide baixar meta de inflação de 2021 para 3,75%

Por Eduardo Campos e Alex Ribeiro | De Brasília



Ana Paula Vescovi: "A percepção do CMN é de que o intervalo de tolerância é suficiente para absorver choques".

O Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou a meta de inflação de 2021 em 3,75%. A decisão tomada na noite de ontem dá continuidade ao processo de convergência da meta de inflação brasileira a padrões internacionais de metas ao redor de 3%.

Há 19 anos o Brasil adota o regime de metas para inflação, na qual o CMN define uma meta que deve ser perseguida pelo Banco Central (BC). Há um intervalo de tolerância, que está mantido em 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, para absorver eventuais choques de preços. Se o BC não cumpre a meta, seu presidente tem de escrever uma carta ao ministro da Fazenda explicando os motivos que levaram ao descumprimento e as ações que serão tomadas para

garantir a convergência.

Segundo a secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, a decisão de fazer uma convergência gradual nas metas traz previsibilidade para os agentes e contribui para que o país possa conviver com níveis de inflação mais baixos. Para este ano a meta é de 4,5%, caindo a 4,25% em 2019 e recuando a 4% em 2020. O processo de convergência começou no ano passado após a meta ficar em 4,5% desde 2005.

Ainda de acordo com a secretária-executiva, as metas podem seguir convergindo para patamares ao redor de 3%, que são vistos em outros países que possuem sistema de metas consolidados e estágio de desenvolvimento parecido com o brasileiro.

Em nota, o Ministério da Fazenda, que compõe o CMN junto com o Banco Central e o Ministério do Planejamento, afirma que a percepção de que a economia brasileira pode conviver com taxas de inflação mais baixas de forma sustentável se manifesta nas expectativas dos analistas de mercado, coletadas pela pesquisa Focus, cuja mediana se situa em torno das metas estabelecidas para 2019 e 2020. Para 2021 e 2022, o Focus também mostra mediana em 4%.

Ana Paula também afirmou que a redução das metas é reflexo da mudança da política econômica, que com maior coordenação entre as políticas fiscal e monetária, tem conseguindo conduzir o país para convivência com taxas de juro menores. Ela também reforçou a importância da continuidade do processo de reformas e ajustes para assegurar o benefício de inflação de juros menores para a sociedade.

Questionada sobre o risco de o governo não conseguir atingir a meta, Ana Paula afirmou que o Brasil dispõe de uma autoridade monetária que convive com autonomia operacional e possui instrumentos capazes de atender aos anseios da sociedade de conviver com níveis de inflação mais baixos.

Já o diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Carlos Viana de Carvalho, disse que há um falso dilema de que é necessário ter mais inflação para se obter maior crescimento econômico. E que isso já está bem claro tanto do ponto de vista de estudos como da experiência brasileira recente, quando a economia estava em recessão com elevado patamar de preços.

Segundo Viana, no curto prazo, há alguma relação entre nível de atividade e inflação, embora a relação entre as duas variáveis não seja tão direta assim. No caso brasileiro,





disse, não é possível entender a evolução da inflação sem levar em conta o redirecionamento da política econômica nos últimos anos. "Para prazos mais longos não há relação entre atividade e inflação. É um falso dilema", afirmou.

Questionada sobre o intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ela disse que o intervalo é importante para absorver eventuais choques de preços. "Não necessariamente há relação direta de inflação menor com nível de tolerância menor. A percepção do CMN é de que o intervalo de tolerância é suficiente para absorver choques", afirmou.

Segundo Viana, ao se comparar o regime de metas brasileiro com o de outros países não se pode olhar apenas a amplitude da banda sem levar em conta outras questões, como a própria volatilidade da inflação e a forma de apuração, se em ano-calendário, como aqui, ou de outras formas. "Nossa avaliação é

que com o sistema de ano-calendário e as características estruturais é importante ter essa margem para lidar com os choques que acontecem no próprio ano", disse.

Ainda de acordo com Ana Paula, a atuação da política monetária nos dois últimos anos foi emblemática em demonstrar que é possível conviver com uma trajetória sinalizada de ajuste fiscal gradual com processo de desinflação, "fruto da coordenação da política econômica e da atuação firme do Banco Central na política monetária na coordenação das expectativas".

Ela respondia a questionamento sobre como garantir metas de inflação menores diante dos desafios fiscais que o Brasil enfrenta. A secretária disse, ainda, que o BC, via seus instrumentos e via comunicação, foi bem-sucedido no processo de desinflação da economia brasileira, administrando choques de preços positivos e negativos.

## O ajuste se tornou ainda mais urgente

*Por Sergio Lamucci*

A piora do cenário internacional torna ainda mais urgente a adoção de medidas duras para equilibrar as contas públicas. A tolerância em relação aos déficits fiscais elevados e à dívida em trajetória de alta explosiva já diminuiu, como se vê na forte desvalorização do real neste ano, apesar de o Brasil ter contas externas sólidas e um volume muito expressivo de reservas internacionais.

As incertezas quanto ao compromisso do próximo presidente com o ajuste fiscal têm cobrado seu preço. O aumento do risco país, o câmbio mais fraco e os juros de longo prazo mais altos levam à deterioração das condições financeiras, afetando as já pouco animadoras perspectivas de crescimento. É crucial que o novo governo tenha uma estratégia clara de melhora do resultado primário (que exclui os gastos com juros) nos próximos anos, concentrada especialmente no controle de gastos, combatendo a rigidez orçamentária. A gravidade da situação, contudo, pode exigir também algum aumento de impostos, para estancar mais rápido a tendência de alta da dívida pública.

O quadro externo para os países emergentes piorou consideravelmente em 2018, dado o aumento dos juros americanos de longo prazo e a tendência de valorização do dólar. Em setembro

de 2017, a taxa dos títulos de dez anos do Tesouro americano estava pouco acima de 2% ao ano; hoje, está em 2,9%, e deve seguir em alta - os economistas do Goldman Sachs, por exemplo, projetam 3,25% no fim deste ano e 3,6% no fim do ano que vem. As moedas emergentes apanham nesse ambiente. Para completar, o presidente Donald Trump tem apostado numa escalada de medidas protecionistas, levando a China e a União Europeia (UE) a ameaçarem os EUA com retaliações.

### *Cenário externo adverso exige resposta fiscal dura*

Em resumo, o cenário global tornou-se bem menos favorável do que no ano passado. Com maior aversão ao risco, os países emergentes ficam menos atraentes para o capital estrangeiro.

O Brasil tem como trunfos um déficit em conta corrente pequeno, de 0,7% do PIB nos 12 meses até maio, e reservas internacionais superiores a US\$ 380 bilhões. Isso ajuda a proteger a economia de maiores solavancos, mas não blindava totalmente o país num momento em que o cenário internacional está mais adverso, como fica claro na expressiva desvalorização do real. O ponto é que as contas públicas continuam extremamente frágeis. Um dos principais indicadores de

solvência de um país, a dívida bruta passou de pouco mais de 51% do PIB no fim de 2013 para 75,9% do PIB em abril deste ano. É um número muito acima da média dos emergentes, de pouco mais de 50% do PIB, de acordo com números do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Essa situação fiscal fica ainda mais preocupante porque não está claro se o próximo presidente terá o combate ao desequilíbrio das contas públicas como prioridade - ou, mesmo se tiver, se será capaz de implementar as duras medidas que são necessárias para deter a trajetória de aumento da dívida.

A providência mais importante é atacar o problema pelo lado das despesas, contendo o crescimento dos gastos obrigatórios. A estratégia de segurar os dispêndios discricionários (aqueles sobre os quais o governo tem maior controle) se esgotou. No Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a economista Silvia Matos diz que todo o ajuste nas despesas recorrentes da União é feito no item "demais despesas", que reúne investimentos, subsídios e gastos com a máquina pública, sem incluir pessoal.

No acumulado em 12 meses, esse grupo de gastos passou de 5,7% do PIB no fim de 2014 para





4,5% em fevereiro deste ano. "No entanto, não é possível manter esse ritmo de redução nessa rubrica", diz Silvia, observando que, nos 12 meses até abril, ela já havia subido para 4,9% do PIB. Segundo Silvia, isso mostra "que o espaço para cortes de gastos nesses itens é muito restrito e já chegou ao seu limite".

Do fim de 2014 para cá, as despesas com pessoal passaram de 3,8% para 4,4% do PIB, enquanto o grupo "transferências de renda" pulou de 8,8% para 10,7% do PIB. Nessa rubrica, estão incluídos os benefícios previdenciários e assistenciais, o abono salarial, o seguro-desemprego e o Bolsa Família.

Para segurar os gastos daqui para frente, será necessário deter a expansão de despesas como aposentadorias e funcionalismo. Isso requer uma reforma da Previdência dura e o controle dos gastos com salários dos funcionários públicos, entre outras medidas impopulares. Reunir condições políticas para adotar o receituário que diminua a rigidez orçamentária será um grande desafio. Será preciso dobrar a resistência das corporações e convencer a classe política e a população da importância de medidas vistas como amargas.

Tornar o Orçamento mais flexível é fundamental para ajustar estruturalmente as contas públicas e também para melhorar a eficiência dos gastos. Relatório da Moody's

Investors Service mostra que as despesas obrigatórias correspondem a absurdos 93% dos dispêndios totais do governo federal.

O grau de urgência da situação fiscal pode requerer algum aumento de impostos, para que o setor público consiga gerar um resultado primário melhor num prazo mais curto. A solução evidentemente não é a ideal, enfrentando grande resistência da população, mas pode ser necessária, dada a dificuldade para fazer o ajuste apenas por meio do corte de gastos.

Equilibrar as contas públicas também é essencial para que os juros se mantenham em níveis baixos nos próximos anos. Juros estruturalmente menores ajudarão a melhorar as perspectivas de crescimento do país, assim como a adoção de medidas para melhorar a produtividade da economia.

Crescer a um ritmo mais forte de modo sustentado facilita o ajuste fiscal, ao melhorar a arrecadação. Mas, na complicada situação do Brasil, o crescimento mais robusto só virá quando o cenário para as contas públicas estiver menos nebuloso.

Sergio Lamucci é repórter. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Cristiano Romero.

E - m a i l :  
sergio.lamucci@valor.com.br

## Retomada e mais fiscalização puxam arrecadação até maio

Por Fabio Graner e Lucas Marchesini | De Brasília

Impulsionada pelo esforço de fiscalização, que neste ano gerou quase R\$ 6 bilhões a mais aos cofres públicos, e pela melhoria da atividade econômica, a arrecadação de impostos e contribuições federais nos cinco primeiros meses de 2018 somou R\$ 603,4 bilhões de janeiro a maio. O volume que entrou nos cofres federais foi 7,8% superior ao verificado em igual período do ano passado.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, as ações de fiscalização em grandes contribuintes, em especial nos que aderiram ao novo Refis (programa de parcelamento de dívidas tributárias), geraram neste ano R\$ 46,2 bilhões aos cofres federais, ante R\$ 40,4 bilhões em igual período do ano passado. Essa diferença de quase R\$ 6 bilhões, ou 14,5%, adicionou mais de um ponto porcentual à taxa de crescimento das receitas acima da inflação no período.

"Essas ações são específicas em alguns grandes contribuintes e nos que aderiram ao Refis. Elas que estão fazendo a arrecadação subir bem acima do PIB", explicou Malaquias.

O bom desempenho de receitas com royalties e outras arrecadações próprias não administradas pela Receita Federal também acentuaram a trajetória de aumento dos recursos que ingressam no caixa federal. As chamadas "demais receitas" somaram, de janeiro a maio, R\$ 22,223 bilhões, com expansão de 35,1% acima da inflação ante igual período do ano passado.

Em maio, como havia antecipado o Valor há cerca de duas semanas, o desempenho da arrecadação federal também foi intenso, com alta real de 5,7%. Entraram no caixa do governo R\$ 106,192 bilhões. Apesar do crescimento de 5,2% acima da inflação na parcela administrada pela Receita Federal, a rubrica "demais" foi quem teve a alta mais expressiva: 36,9% acima da inflação, na comparação com maior do ano passado, refletindo o quadro mais favorável dos royalties.

A arrecadação do mês passado foi a maior desde 2015, já considerando-se a correção pela inflação. No acumulado do ano, a arrecadação real é a maior desde 2014. Malaquias destacou ainda que a arrecadação de tributos nos últimos 12 meses tem tido "resultados positivos e crescentes", com sete meses seguidos em aceleração e chegando a 2,89% de alta real.

Segundo o técnico do Fisco, a alta real verificada em maio foi "fortemente influenciada" pelo desempenho econômico e pela atuação da Receita Federal. Como exemplo do impacto da atividade, ele citou a alta no imposto de importação, que é vinculado ao consumo. Outro sinal disso, segundo ele, é o desempenho do recolhimento de Imposto de Renda por estimativa mensal das empresas não financeiras, que em maio subiu 34% acima da inflação e, no ano, 28,5%.

A Receita Federal simulou o desempenho da arrecadação sem o impacto das receitas não recorrentes, como o Refis. Em maio, seria de R\$ 100,021 bilhões, com alta real de 4,3%. No ano, a mesma simulação apontaria alta real de 4,1%.

Os números da arrecadação de maio não têm reflexo da greve dos caminhoneiros, que provocou desabastecimento e paralisação de atividades produtivas. Malaquias evitou antecipar o que ocorrerá nos dados referentes a junho, alegando que o mês ainda não acabou e que boa parte das receitas entra nos últimos dez dias de cada mês.

Mas o técnico disse que até o dado mais recente, os números mostravam que os ingressos de recursos nos cofres do governo





ainda estavam alinhados ao que havia sido projetado para o mês.

Malaquias argumentou que a paralisação dos caminhoneiros teve dois efeitos opostos do ponto de vista arrecadatório. De um lado, houve antecipação de consumo pelas pessoas, temendo a falta de produtos em suas casas, o que em tese

favorece a arrecadação.

Do lado negativo, houve paralisação na produção das empresas, afetando tributos que incidem sobre essas atividades, como a indústria manufatureira. Para ele, o saldo entre essas duas forças só será possível saber após o fim do mês.

## Arrecadação das receitas federais

Entre janeiro e maio, em R\$ milhões\*

Receitas	Jan-mai/18	Jan-mai/17	Varição (%)
Imposto sobre Importação	15.719	12.779	23,01
IPI	21.725	19.180	13,27
Imposto sobre a Renda	168.345	163.510	2,96
IR Pessoa Física	16.444	16.852	-2,42
IR Pessoa Jurídica	64.532	60.656	6,39
IR Retido na Fonte	87.369	86.002	1,59
IOF	14.585	14.657	-0,49
Cofins	100.781	88.552	13,81
PIS/Pasep	27.005	24.244	11,39
CSLL	36.686	35.804	2,46
Outras receitas administradas	19.186	10.389	84,68
Receita previdenciária	165.147	161.637	2,17
<b>Total</b>	<b>606.936</b>	<b>562.992</b>	<b>7,81</b>

Fonte: Receita Federal. \*A preços de maio/2018-IPCA

## **Crédito a desembolsar do BNDES tem 1ª alta em 8 meses**

Por Fabio Graner | De Brasília

O estoque de operações de crédito a desembolsar do BNDES cresceu cerca de 0,5% em maio, atingindo R\$ 147 bilhões. É a primeira alta nesse indicador após oito meses de queda ininterrupta. Segundo o presidente do banco, Dyogo de Oliveira, o movimento marca a reversão de uma tendência de quatro anos de queda nesse que é tecnicamente considerado um "indicador antecedente" dos desembolsos do banco federal.

A carteira a desembolsar considera todo o volume de operações aprovadas pela instituição financeira federal e cujos valores ainda estão pendentes de serem repassadas para as empresas. "Agora vemos uma inversão de tendência, o estoque a desembolsar subiu R\$ 800 milhões. Isso reflete também o fato de estarmos trabalhando para acelerar as aprovações de operações", disse Dyogo.

Em janeiro deste ano, esse indicador estava em R\$ 152 bilhões e em 2014, no seu pico, esteve em R\$ 289 bilhões em valores correntes - o que, atualizando-se pela inflação,

estaria em R\$ 375 bilhões. Nos últimos 12 meses, a carteira perdeu 12% do seu valor nominal (queda de R\$ 20 bilhões). "Ao considerar as taxas médias de mortalidade, os prazos de tramitação e os perfis de desembolsos, essa carteira pode ser usada para projetar os desembolsos do banco em operações não automáticas", aponta análise interna do banco.

Para Dyogo, a se confirmar esse cenário de que a tendência de queda nesse indicador foi revertida, fica reforçada a expectativa de tendência positiva os desembolsos de crédito neste ano. Ele afirmou que trabalha com um cenário no qual o banco vai liberar entre R\$ 70 e R\$ 80 bilhões neste ano. As estimativas internas da instituição apontam que haverá um crescimento de 4,2% nesses desembolsos ante 2017, o que aponta para algo próximo de R\$ 74 bilhões. "O crescimento do estoque a desembolsar reforça o cenário de expansão nos desembolsos", disse.

O presidente da instituição federal de fomento destaca que tem havido um aumento nas consultas, que até maio subiram 11% ante os cinco primeiros meses de 2017. "Com as consultas crescendo e a maior velocidade na aprovação dos

empréstimos, a tendência de aumento no estoque a desembolsar e nos próprios desembolsos se confirma".

Dyogo explica que essa leitura ocorre independentemente de avaliação sobre qual o real ritmo de atividade da economia brasileira. Para o ex-ministro do Planejamento, mesmo que a economia não melhore tanto, o simples retorno à normalidade já implicaria uma expectativa de crescimento relevante nas operações do banco. "Atualmente temos desembolsos em torno de 1% do PIB, muito abaixo do normal, que seria em torno de 2% do PIB. Então, a economia não precisa melhorar muito para que haja crescimento nesses indicadores".

Desde o ano passado, quando a primeira presidente do banco no governo Temer, Maria Silvia Bastos Marques, foi substituída por Paulo Rabello de Castro, a instituição de fomento vem sendo cobrada por acelerar seus empréstimos, que acumulam quatro anos seguidos de queda. A chegada de Dyogo de Oliveira ao banco há três meses foi mais uma tentativa de Temer para tentar reverter essa trajetória e fazer crescer as operações de crédito para as empresas.

## **Geração de caixa da indústria dobraria com menos tributos, diz Fiesp**

Por Fabio Graner | De Brasília

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizou um trabalho apontando que a geração de caixa do setor industrial dobraria se o Brasil tivesse condições tributárias e de financiamento semelhantes às encontradas na média dos países com os quais tem 76% do comércio e que representam 70% do PIB mundial.

Considerando uma geração de caixa de 100, no período de 2013 a 2016 os encargos financeiros consumiriam 57,6 e a aplicação do Imposto de Renda sobre a diferença retiraria outros 14,4, levando ao resultado líquido de 28. A Fiesp simulou o quadro da indústria brasileira, caso ela tivesse as condições de seus competidores. Nessa situação, os mesmos 100 de geração de caixa seriam reduzidos em 12,4 de encargos financeiros e sobre a diferença seriam aplicados 29% de IR, levando a resultado líquido de 62,6.

"Ao longo dos anos, a indústria fez grande transferência de valor agregado para o setor financeiro e para cobrir as ineficiências do governo", aponta o material. "Os elevados custos financeiros e a carga tributária tiram a capacidade de as empresas investirem, especialmente

em inovação", disse ao Valor o presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

O trabalho, que compila análises como a situação do spread bancário e faz sugestões de medidas emergenciais que deveriam ser adotadas pelo atual governo, foi encaminhado ao presidente Michel Temer, ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e aos presidentes dos bancos públicos. O documento também deve ser apresentado aos candidatos à Presidência.

A Fiesp também fez uma análise da renda disponível das famílias brasileiras, em base 100, mostrando que, ao se comparar com as condições vigentes nesses mesmos países, ela é 12% menor. Enquanto o brasileiro, a partir de uma renda de 100 fica com 59,7 após o pagamento de tributos e encargos financeiros, as famílias de países como os quais o Brasil tem a maior parte de seu comércio ficam com 68,2.

Roriz defende que o governo, tanto este como o próximo, trabalhe para avançar numa reforma tributária que realmente dê mais competitividade para as empresas e também estimule o consumo. Além disso, avalia que é preciso que o Planalto trabalhe para concluir a votação do cadastro positivo no

Congresso e também para aumentar a concorrência no setor bancário. Ele contesta a visão do BC de que a alta concentração no sistema financeiro não teria relação com o elevado custo do dinheiro no Brasil. "O governo tem que atuar nisto", disse.

O estudo da Fiesp também reforçou a mensagem da entidade, já revelada pelo Valor em abril, mostrando que, se o spread bancário (a diferença entre custo de captação e de repasse do crédito) estivesse na média vigente entre 2012 e 2014, as famílias teriam renda disponível adicional de R\$ 141,6 bilhões. O documento lembra que volume é mais de três vezes superior ao total injetado na economia pela liberação das contas inativas do FGTS no ano passado, elemento decisivo para o crescimento econômico de 1% do Brasil no ano passado.

Para Roriz Coelho, se fosse comparado com as taxas praticadas pelos bancos internacionais, esse montante liberado na economia seria ainda maior, embora a entidade não tenha feito a conta.

Nas contas da Fiesp, se tivesse ficado na média praticada entre 2012 e 2014, o spread médio das operações de financiamento às famílias em 2017, ajustado pela inadimplência, seria de 31,1 pontos percentuais ao ano, em vez dos 54,6







pontos percentuais anuais verificados na média. Dessa forma, a taxa de comprometimento da renda com juros cairia de 10,1% para 6,7%, liberando os recursos na economia, em vez de ficarem com o setor financeiro.

A Fiesp contesta a visão apresentada pelos bancos e corroborada pelo BC de que o spread bancário elevado no Brasil teria maior relação com os níveis de inadimplência. Segundo a entidade, a inadimplência média no Brasil é 52% menor que a média de 114 países, que respondem por quase 90% do PIB mundial. "Logo, a inadimplência não é justificativa para o spread elevado", diz a Fiesp.

## Relator do PLDO quer explicações sobre 'buraco' de R\$ 260 bi para 'regra de ouro'

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), senador Dalírio Beber (PSDB-SC), pediu esclarecimentos ao governo sobre a metodologia adotada para se chegar ao "buraco" de R\$ 260 bilhões previsto para o cumprimento da chamada "regra de ouro" em 2019. "Como relator da LDO, preciso ter convicção sobre essa quantia", disse Beber ao Valor.

Ele informou que terá uma nova reunião amanhã com representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério do Planejamento para discutir o assunto. "Já nos reunimos na segunda-feira passada e teremos novo encontro nesta quinta-feira sobre isso", disse. "Não há desconfiância, mas dúvidas sobre a metodologia adotada", explicou.

Nas contas do Tesouro, a insuficiência de recursos para cumprir a "regra de ouro" é de R\$ 260 bilhões. Já a Instituição Fiscal Independente (IFI), o órgão do Senado que analisa e acompanha as contas públicas brasileiras, estimou que o "buraco" no próximo ano será de R\$ 98,8 bilhões.

A Constituição determina que as operações de créditos não podem superar o montante das despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida).

"A diferença entre os valores deve decorrer de metodologias diferentes. Essa questão será esclarecida", afirmou o relator. Beber disse que a reunião de amanhã contará também com a presença de um representante da IFI.

O artigo 21 do PLDO permite que o governo inclua na proposta orçamentária para 2019 um montante de despesas cuja execução estará condicionada a emissões de títulos públicos, que somente serão solicitadas pelo governo ao Congresso no próximo ano. O montante das despesas condicionadas a uma dívida futura é que representa o "buraco" da regra de ouro.

O relator disse que "a flexibilização da 'regra de ouro' para 2019 já é certa". Mas defende que o assunto seja discutido com total transparência para que não restem dúvidas aos parlamentares sobre o que estarão votando.

Ele disse que precisa "o mais rápido possível" dos esclarecimentos sobre essa questão porque pretende preparar o seu parecer sobre o PLDO até a noite do próximo domingo. "O nosso cronograma prevê que o meu parecer seja votado pelo Congresso já no dia 5 de julho", informou. A primeira votação do PLDO será feita na Comissão Mista de Orçamento.

## Câmara aprova benefícios a Tribunal de Contas com impacto de R\$ 16 mi em SP

*Vereadores preveem reajuste após discutirem até extinguir órgão que barrou projetos de Doria e Covas*

Guilherme Seto

São Paulo - A Câmara Municipal de São Paulo aprovou nesta terça-feira (26) um projeto de lei para reajustar benefícios de servidores do TCM (Tribunal de Contas do Município), órgão que travou uma queda de braço nos últimos meses com vereadores por barrar projetos das gestões João Doria e Bruno Covas (PSDB).

O pacote de reajustes de salário, auxílio-saúde e auxílio-alimentação terá impacto financeiro de até R\$ 15,8 milhões por ano aos cofres públicos, segundo estimativas do tribunal, que dispõe de Orçamento superior ao de 12 das 24 secretarias da prefeitura.

O texto seguirá para a sanção de Covas, que tem buscado contornar

a relação tensa com integrantes do tribunal depois da suspensão de contratos e licitações —incluindo recentemente a do sistema de ônibus, estimada em R\$ 66 bilhões por duas décadas.

O projeto de reajuste se inspirou em outro aprovado em maio e que garantiu os benefícios para os funcionários do Legislativo paulistano. Na ocasião, gerou polêmica um aumento nas gratificações dos servidores mais bem pagos da Casa, que acabou vetado posteriormente pelo Executivo.

O presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), aliado de Doria e de Covas, chegou a dizer à Folha em março que crescia um movimento entre os vereadores inclusive para a extinção do TCM. Já representantes do tribunal diziam haver pressão por um órgão de fiscalização domesticado.

Os conselheiros do TCM ganham

acima de R\$ 30 mil (contra pouco mais de R\$ 24 mil do salário prefeito). Com benefícios, os rendimentos de alguns atualmente poderiam ultrapassar R\$ 36,5 mil — embora muitos abram mão de valores complementares.

Com 736 servidores, entre comissionados, auditores e outros, ele tem Orçamento de R\$ 283 milhões em 2018.

O pacote de reajustes foi aprovado nesta terça com 36 votos favoráveis —de um total de 55 vereadores da Câmara.

O auxílio-saúde será pago por reembolso —que varia conforme a idade, podendo atingir gastos de R\$ 1.079 com despesas médicas para quem tem mais de 59 anos. Valerá também para dependentes.

O auxílio-alimentação de 573.45 cairá automaticamente nas contas dos servidores, tal como foi determinado em relação aos





funcionários da Câmara. O reajuste dos salários será de 2,84%.

Para Marcos Alcyr, presidente do sindicato dos servidores da Câmara e do TCM, trata-se de uma conquista, ainda que não supra todas as necessidades desses funcionários.

Em relação ao auxílio-saúde, por exemplo, ele afirma que os servidores costumam pagar planos particulares e que os valores aprovados são só "uma ajuda de custo", já que não cobrem as mensalidades de um plano na íntegra.

"Se tem fundo de caixa e tem condição de pagar todos os funcionários, tudo bem. Acho que os reajustes são corretos. Como esse benefício foi dado para os funcionários da Câmara, nada mais justo que também seja concedido aos funcionários do TCM", defendeu Adilson Amadeu (PTB), vereador que foi um dos principais

interlocutores dos funcionários do TCM no Legislativo.

Entre os seis vereadores que se posicionaram contrários estão Fernando Holiday (DEM) e Janaína Lima (Novo).

"A média salarial dos funcionários do TCM e também da Câmara é muito alta. Já fui contra reajuste aos funcionários da Casa e apenas segui uma linha de coerência", afirma Holiday, cujo argumento é reforçado por Janaína Lima.

"Há disparidade grande entre a média salarial do cidadão comum e a do TCM. A gente precisa dar exemplo. Nosso mandato defende respeito ao contribuinte e ao cidadão. O recurso público tem que chegar no lugar que precisa", diz.

A relação tensa do tribunal com a gestão tucana levou Doria, ao ver seus projetos barrados,

especialmente os relacionados a concessões e privatizações, a fazer ataques públicos ao órgão, dizendo que ele extrapolava em suas funções e prejudicava a cidade.

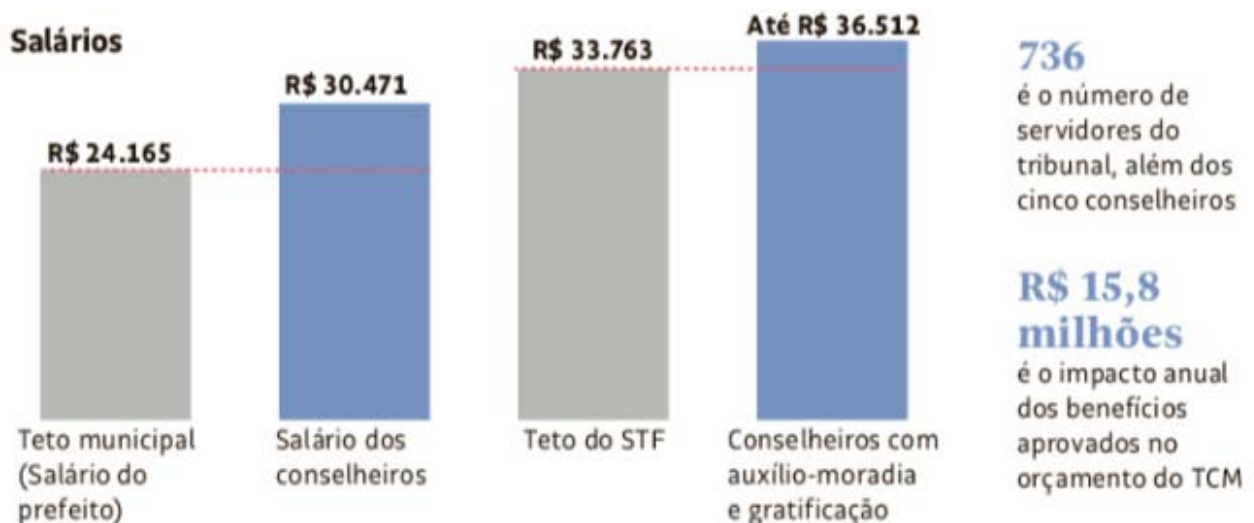
Com a saída de Doria para disputar a eleição ao governo de São Paulo, Bruno Covas assumiu a prefeitura em abril e buscou uma relação mais harmoniosa entre as partes. Em entrevistas, disse que era contra a extinção do TCM.

O tribunal, no mesmo mês, liberou a gestão para realizar um Procedimento de Manifestação de Interesse para a concessão dos cemitérios municipais, projeto que estava parado no órgão fiscalizador desde setembro de 2017.

Em junho, porém, houve novo revés na relação. O conselheiro Edson Simões interrompeu a megalicitação dos ônibus ao apontar 90 itens a serem revisados no edital.

## RAIO-X DO TCM-SP

Conselheiros ganham mais do que o prefeito





## Orçamento do TCM-SP supera o de secretarias

Em R\$ milhões, em 2018

Educação

**11.774**

Transportes

**2.616**

Urbanismo e Licenciamento

**779**

Serviços e Obras

**776**

Habitação

**580**

Segurança

**548**

Cultura

**478**

TCM

**283**

Prefeituras Regionais

**272**

Esportes

**228**

Verde

**211**

Inovação

**156**

Desenvolvimento Social

**136**

Gestão

**122**

Trabalho

**99**

Direitos Humanos

**98**

Pessoa com Deficiência

**17**

Fontes: TCM-SP e Prefeitura de SP

## Dodge defende fim de imposto sindical obrigatório em ação no STF

Tais Hirata e William Castanho

São Paulo - A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu o fim do imposto sindical obrigatório em uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

O STF começa a julgar na quinta-feira (28) 19 ações pela volta do imposto sindical obrigatório, que estão sob relatoria do ministro Edson Fachin.

A contribuição, referente a um dia de trabalho recolhido em março de cada ano, passou a ser facultativa a partir da reforma trabalhista implementada em novembro do ano passado.

O parecer de Dodge foi dado nesta segunda (25), em uma das ações, movida pela Conttmaf (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo).

Em seu parecer, ela refutou um dos principais argumentos que vêm sendo apresentados pelos sindicatos: o de que o fim do imposto sindical obrigatório estaria ancorado no Código Tributário Nacional, que só pode ser alterado por lei complementar específica sobre o

tema —portanto, não poderia ser extinto pela lei da reforma trabalhista.

Um projeto de lei complementar exige um quórum maior para aprovação do que uma lei ordinária.

Segundo Dodge, a obrigatoriedade do imposto não estaria garantida pelo código tributário e sim pela própria CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em artigos alterados pela reforma trabalhista.

A procuradora-geral ainda afastou o argumento de que, segundo a Constituição, subsídios e isenções só podem ser alterados por meio de leis específicas.

Ela afirma que essa regra foi criada para evitar a aprovação de benefícios oportunistas, sem o conhecimento da maioria da população, o que não seria o caso da reforma trabalhista.

O parecer ainda recusou outro argumento apresentado pela confederação sindical, de que o fim do imposto deveria estar previsto em lei de diretrizes orçamentárias, já que a União se beneficia das contribuições sindicais por meio da Conta Especial Emprego e Salário.

Dodge afirmou que o artigo da Constituição, que é dirigido ao legislador orçamentário, não tem o poder de afetar o processo legislativo de normas tributárias.

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Advocacia-Geral da União e a Presidência da República já haviam defendido a constitucionalidade do fim da contribuição sindical.

A votação será crucial aos sindicatos, que reclamam de perda de arrecadação.

O ministro relator do tema no STF, Edson Fachin escrevera, em despacho de 30 de maio deste ano, que o fim do imposto sindical é "grave e repercute, negativamente, na esfera jurídica dos trabalhadores".

Ele afirmou ainda que vai esperar o julgamento de quinta, mas sinalizou que pode, caso a questão não seja decidida, expedir uma decisão liminar.

Fachin, porém, não antecipou seu voto. O julgamento pode ser interrompido por um pedido de vista (mais tempo de análise) de um ministro.

ANDREZA MATAIS

**Cortes na Receita afetam Lava Jato e fronteiras**

A Receita Federal terá corte de R\$ 125,8 milhões no seu orçamento, o que causará impacto significativo nos trabalhos do órgão. Nota técnica interna fala em "insuficiência orçamentária grave" e aponta que ações como fiscalização de fronteiras terão redução na verba. A medida também vai afetar a "força-tarefa da Lava Jato". Haverá queda de 56,4% dos valores aplicados na modernização de TI, o que significa suspender licitações destinadas a adequar o Centro de Dados usado pelos auditores para trabalhar com informações dessa e de outras operações.

» **Tem mais.** A nota técnica com críticas ao corte foi assinada pela coordenadoria-geral de

orçamento da Receita. A área também alerta que os cortes vão prejudicar a arrecadação no momento em que a economia está em lenta recuperação.

» **Tesoura.** Os cortes definidos pelo Planejamento atingem contrato da Receita com os Correios, responsável por entregar ações de cobranças. Só há dinheiro para manter o acordo com a estatal até outubro. Também serão fechadas 50 agências da Receita.

» **Com a palavra.** Procurada, a Receita disse que não iria comentar. A Unafisco questionou o Ministério da Fazenda e estuda ingressar na Justiça com ação de improbidade administrativa alegando que os cortes violam a precedência orçamentária do órgão federal.